

SIM Quem votar 'sim' fica NÃO sem funeral religioso



Castelo de Vide | Cónego faz campanha através de um boletim e da Internet

Hugo Teixeira
Portalegre

“Os cristãos que vão votar ‘sim’ no referendo serão alvo de excomunhão automática, a mais pesada das censuras eclesiais”, garante o cónego Tarcísio Alves, pároco há cinco anos em Castelo de Vide (Portalegre). A excomunhão automática atinge ainda “todos os intervenientes na execução do crime, como, por exemplo, médicos e enfermeiros”, sublinha, enquanto consulta página a página o Código Canónico.

“Se um católico aceitar a liberalização do aborto incorre na censura da excomunhão e não poderá ser reintegrado na comunidade cristã sem intervenção do bispo”, sustenta

Padre de Castelo de Vide recorre ao Código Canónico para dizer as sanções em que incorrem os cristãos que não votem ‘não’

ainda. Doutorado pela Universidade Católica de Salamanca em Direito Canónico, Tarcísio Alves tem distribuído nos últimos tempos, pelos paroquianos, um boletim informativo em que adverte os devotos para os “perigos” de votar “sim” no próximo referendo e as consequências, junto da Igreja, que poderão sobrevir. “Não fui eu que inventei estas regras, está tudo bem explícito no Cánone 1398” sublinha.

Mas o vigário judicial da diocese de Portalegre e Castelo Branco vai mais longe ao alertar os fiéis para “outros perigos” que podem surgir, se no próximo referendo o voto recair no “sim”. “Se votar no ‘sim’ ou se se abster, poderá estar também a cometer um pecado mortal gravíssimo. No referendo até as irmãs vão sair dos conventos porque senão também incorrem num pecado de omissão”, adverte.

Para o clérigo trata-se de “um caso grave”, porque todos aqueles católicos que violarem as leis da Igreja sobre este ponto “não podem casar, baptizar-se e nem poderão ter um funeral religioso – Cánone 1331.”

Tarcísio Alves garantiu ao DN que “não faz política nem fala do caso durante as missas de domingo, mas no seu boletim paroquial e através de e-mails”. O cónego promete continuar a “esclarecer a população e a prova disso passa pela edição, ainda hoje, de mais um boletim que no último parágrafo apela mais uma vez ao voto no ‘não’”.

A comunidade católica de Castelo de Vide encara estes “avisos” de forma natural e aplaude a atitude do cónego. “Acho bem que expliquem os perigos do aborto às pessoas, principalmente a nós, os mais velhos, que nunca estudámos. O que sabemos é através daquilo que vemos na televisão”, diz Piedade Godinho à entrada da igreja. |



A PRIMEIRA PRESENÇA, DISCRETA O antigo líder do CDS/PP Paulo Portas apareceu ontem numa iniciativa de pré-campanha do referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez até às dez semanas, que se realiza a 11 de Fevereiro. A iniciativa tinha a curiosidade acrescida de se realizar no Colégio São João de Brito, no Lumiar, em Lisboa, onde Paulo Portas foi aluno. Portas esteve presente, mas ficou na plateia, e não falou. |

➔ **Cidadãos** que se associaram aos movimentos em campanha

SIM

José Manuel Pureza
Professor universitário e dirigente do BE
Movimento Cidadania e Responsabilidade

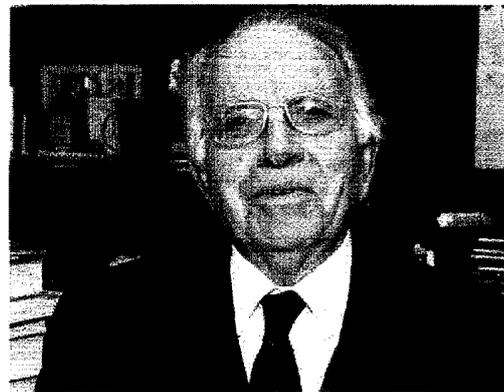


Católico, do Bloco e pelo ‘sim’

Católico praticante, com uma atitude profundamente crente perante a vida, José Manuel Pureza, 47 anos, nascido em Coimbra, professor de Relações Internacionais da Universidade de Coimbra, consegue conciliar o aparente antagonismo entre a sua atitude de matriz religiosa e o seu apoio ao “sim” no caso do referendo à interrupção voluntária da gravidez. Porque considera que é possível mudar a vida, a atitude perante as coisas, junta-se agora ao compromisso cívico na causa pela despenalização da Lei do aborto. Pureza acredita que não tem autoridade moral para impor uma determinada corrente e fala, a este propósito, de tolerância. Assevera a este propósito: “Reconheço a todas as pessoas de diferentes sensibilidades religiosas uma posição ética, moral, sobre esta questão, mas não reconheço quem tenha ascendente criminal sobre os outros.” Pureza é coordenador do Núcleo de Estudos para a Paz do Centro de Estudos Sociais da Univ. de Coimbra e professor convidado na Faculdade de Direito da Univ. Nova de Lisboa. É membro da Mesa Nacional do BE e foi mandatário nacional de Louçã nas últimas presidenciais. |

NÃO

António Barbosa de Melo
Ex-presidente da Assembleia da República
Movimento Aborto a Pedido? Não



“Jurisprudência das cautelas” pelo ‘não’

É com coerência e convicção que o ex-presidente da Assembleia da República entre 1991 e 1995 se afirma contra a despenalização do aborto. Integra o grupo de cidadãos intitulado Aborto a Pedido? Não, a par dos cirurgiões Manuel Antunes e Linhares Furtado, entre outras figuras do mundo das ciências médicas e jurídicas. Ao todo, são 54 os mandatários deste grupo (que se autocalifica de “suprapartidário, transconfessional e interclassista”). Barbosa de Melo, 74 anos, natural de Lagares (Penafiel), militante do PSD, licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra com o diploma do Curso Complementar de Ciências Jurídico-Públicas, foi deputado no Parlamento e tem publicada vasta obra científica, designadamente, no domínio do Direito Administrativo e Comercial. Considera que “cada vez mais se torna claro para toda a gente que investiga que a nossa vida é um momento contínuo”. Logo, sustenta: “Não poderá dizer-se aqui nasce o corpo e aqui nasce a alma.” É e sob o lema da “jurisprudência das cautelas”, que enquadra os argumentos sobre o aborto. | PC

Aborto vai ser "tão normal como o telemóvel"



César das Neves | Economista fala em "cultura abortista" se o 'sim' ganhar

O economista João César das Neves acredita que se o aborto for despenalizado passará a ser uma coisa "tão normal como um telemóvel".

João César das Neves falava ontem durante uma conferência de imprensa com o tema "liberalização do aborto e aumento do número de abortos", a menos de um mês da realização do referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez até às dez semanas.

No encontro com a comunicação social, o economista apresentou dados europeus (do Eurostat) sobre o crescimento do número de abortos após a sua "liberalização" em países europeus, Estados Unidos e Canadá. De acordo com estes dados, citados pelo economista que assessorou

-ministro, a liberalização conduziu a um "aumento generalizado do número de abortos".

As taxas de crescimento do aborto nos primeiros anos após a liberalização quase triplicaram, disse César das Neves, acrescentando que "esse crescimento manteve-se até à actualidade, embora a um ritmo mais brando". Para o economista, este fenómeno "tem um paralelo económico" - a chegada de um produto novo ao mercado. Tal como aconteceu com os telemóveis, César das Neves prevê que exista um aumento exponencial do número de abortos, como com os telemóveis adquiridos pelos portugueses. A "liberalização" do aborto é seguida de "uma cultura abortista, em que este passa a ser uma coisa normal".

O economista denunciou ainda que, caso o aborto venha a ser despenalizado, "muitos médicos que aleguem objecção da consciência para não realizar a intervenção serão prejudicados". Quando questionado sobre a origem destas informações, César das Neves disse que chegou a esta conclusão "pensando" e acrescentou rezear que "os hospitais - actualmente locais de vida - passem a ser espaços de morte".

A propósito do financiamento da campanha do "não", a jurista Isilda Pegado disse que estão previstos 400 mil euros, provenientes de donativos. O novo cartaz da Plataforma Não Obrigada, hoje apresentado, é novamente uma pergunta: "Contribuir com o meu voto para aumentar o número de abortos?"

PCP diz que Correia de Campos é aliado do 'não'

O líder da bancada parlamentar do PCP, Bernardino Soares, acusou ontem o ministro da Saúde, Correia de Campos, de ser um aliado da campanha do "não" no referendo sobre a despenalização do aborto.

"Temos de assinalar que o ministro da Saúde, julgo que para vergonha do seu partido, funciona como um aliado objectivo da campanha do 'não' à despenalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG)", acusou Bernardino Soares, na sua intervenção inicial na interpegação parlamentar sobre política

de saúde suscitada pelo PCP (*mais noticiário na página 5*).

Bernardino Soares acusou o ministro de "alinhar repetidamente as suas declarações sobre custos com a campanha dos que demagogicamente e com falsidade usam esse argumento para defenderem a continuação da prisão das mulheres".

O líder da bancada parlamentar comunista lamentou "não ter ouvido ainda o ministro da Saúde" a falar dos custos para a saúde pública e das graves consequências para as mulheres do flagelo do aborto clau-

destino e das complicações com que chegam aos hospitais públicos".

O secretário-geral do PS e primeiro-ministro, José Sócrates, afirmou o ano passado o empenho do PS na campanha do referendo de 11 de Fevereiro, apelando ao "sim" à despenalização do aborto.

No seu discurso inicial ontem, o ministro da Saúde não respondeu à acusação do PCP, optando pelo silêncio em relação a esta acusação.

Durante o debate parlamentar, o CDS/PP, pela voz do vice-presidente da bancada Pedro Mota Soares, falou

igualmente do tema, confrontando o ministro com declarações que fez recentemente sobre os custos das intervenções no Serviço Nacional de Saúde (caso o "sim" ganhe).

Na resposta, o ministro recusou pronunciar-se sobre a despenalização da IVG, afirmando que "o debate é aberto e organizado na sociedade". "O que o Ministério da Saúde fez foi informar em matérias de facto sobre os custos das intervenções", disse apenas. Correia de Campos tinha dito que cada aborto custaria entre 350 e 700 euros. |

No debate no Parlamento, Correia de Campos não respondeu às acusações vindas das bancadas do PCP e do CDS/PP

Médico Gentil Martins quer penalizar reincidentes

O ex-bastonário da Ordem dos Médicos Gentil Martins defende que as mulheres reincidentes em abortos sejam punidas. "A maioria das mulheres não merece ser punida, mas algumas devem. Uma mulher que faz do aborto regra merece ser punida pelo desrespeito pelos valores da vida." |

CNE PS pode ser multado por publicidade ao 'sim'

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) anunciou que poderá multar o PS por ter apelado ao "sim" no referendo em publicidade paga, bem como o jornal *Público* por ter publicado este anúncio. O porta-voz da CNE explicou que o apelo ao voto em determinado sentido em publicidade paga constitui violação da lei. |

Movimento do 'não' Continuará a haver julgamentos

O movimento Norte pela Vida alertou ontem que continuará a haver julgamentos sobre prática de aborto como o de 2002 no Tribunal da Maia, mesmo que o "sim" vença no referendo. "É preciso recordar que foram julgados casos de aborto para lá das 10 semanas", disse Rodrigo Silveira. |

EM 1998 NO DN



Ministro socialista pelo 'não'

Agora como há nove anos, a maioria do Partido Socialista está pelo "sim" no referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez. Mas agora, como há nove anos, há vozes dissonantes dentro da esfera socialista. Na altura, o todo-poderoso ministro das Finanças - não filiado no PS -, António Sousa Franco (falecido entretanto, em Junho de 2004), fazia parte do Executivo liderado por António Guterres. E, curiosamente, os dois defendiam o "não" na consulta popular. Sousa Franco participou, na qualidade de professor de Direito da Universidade Católica Portuguesa e da Universidade de Lisboa, no lançamento de um livro sobre o aborto e sobre o referendo. E, nessa qualidade, foi claro: "É crime." Sousa Franco justificou a afirmação, dizendo que o aborto é sempre a interrupção de uma vida humana não nascida.



PAULO SOUSA
Treinadora da
selecção de
Portugal Sub-16

Criar condições legais

"Voto 'sim'. Entendo que devem ser criadas todas condições para que as mulheres não sejam penalizadas socialmente por uma situação que já é muito difícil para elas. Há que proporcionar meios legais e médicos de forma a encerrar a interrupção voluntária da gravidez de uma forma acessível e justa a todas as mulheres. Quanto ao participar na campanha... o facto de estar a assumir publicamente a minha posição, quanto a esta matéria, penso que já é uma forma de fazer campanha pelo 'sim' e sensibilizar as pessoas."



MANUELA TEIXEIRA
Ex-presidente
da FNE
(educação)

Há vida desde o princípio

"Votarei 'não', pela segunda vez. Na minha opinião, existe vida desde o princípio; há, portanto, vida às dez semanas, às 11, às 12... Todavia, discordo que as mulheres sejam presas, actualmente há condições para ser feita uma alteração legislativa nesta matéria. A vida é um valor com elevado sentido. Por isso, repugna-me muito a ideia de se poder dispor da vida às dez semanas... e levar a julgamento uma mulher que interrompa a gravidez uma ou duas semanas depois dessa data. No primeiro referendo intervim de forma activa na campanha; agora, em princípio, não deverei participar em qualquer acção. Como se sabe, estou retirada da vida política - mas, se me convidarem, voltarei a participar e com toda a convicção."

Juristas defendem mudança da lei



Gonçalo Fernandes Santos

Debate | Movimento pelo 'sim' discutiu ontem o aborto, em Lisboa

Ⓜ Margárida Matos

Defensores da despenalização da interrupção voluntária da gravidez acusaram os movimentos do "não" de centrarem a discussão do referendo na questão da vida e não na despenalização.

"A mulher tem o direito de escolher abortar, sem ter de se esconder e ser presa", foi uma ideia defendida pelo advogado José António Pinto Ribeiro, no debate organizado pelo Movimento Cidadania e Responsabilidade pelo Sim. O advogado considerou ainda ser necessário

distinguir que o processo de gestação e um ser humano "são aspectos diferentes". E exemplificou: "Um ovo, é um óvulo fertilizado mas não é um pinto." A mesma ideia foi corroborada por Eduardo Maia Costa, magistrado do Ministério Público, que questionou se a penalização das mulheres não será inconstitucional, "visto que a lei em vigor permite apenas abortar em situações muito específicas".

Já Alice Brito, advogada, considerou que a situação actual "é de uma hipocrisia imensa que não se adequa à sociedade em que vivemos, pelo que a sua manutenção só conduz ao aborto clandestino". Acres-

centou ainda que tem de se acabar com a penalização "a que são sujeitas as mulheres que recorrem ao aborto, pois este "diz respeito ao território mais íntimo de cada pessoa".

Também a vice-presidente da Associação de Mulheres Juristas Portuguesas, Filomena Delgado, disse que ao contrário da ideia que o CDS/PP tem tentado fazer passar nesta campanha, "há mulheres que são arguidas e condenadas pelo crime de aborto".

A advogada Paula Teixeira Cruz, que não apareceu, disse através de uma comunicação que a despenalização da interrupção voluntária da gravidez "é uma causa comum para acabar com a humilhação das mulheres e com o comércio sórdido do aborto clandestino." A social-democrata salientou ainda que os movimentos com posições contrárias à interrupção da gravidez "não discutem a despenalização do aborto, a questão essencial do referendo, centrando antes a discussão na questão da vida".

Já o ex-bastonário da Ordem dos Advogados José Miguel Júdice, defendeu, através de uma mensagem enviada, que é "intolerável que o aborto seja considerado crime, defendendo que é favorável à despenalização".

No debate promovido com o intuito de relembrar o julgamento de mulheres por aborto que ocorreu há cinco anos na Maia, houve ainda passagens de spots subordinados ao tema "os julgamentos das mulheres", realizados por Inês Oliveira. I



Arquivo DN-Hernâni Pereira

Protestos | À porta do tribunal, manifestações há cinco anos

Megajulgamento lembrado na Maia

Ⓜ Alfredo Mendes

O Movimento Cidadania e Responsabilidade pelo "sim" trouxe à memória o megajulgamento de mulheres por aborto, realizado há cinco anos na Maia.

Na manhã de ontem, à porta do tribunal, algumas das pessoas envolvidas na sentença falaram da "humilhação" que representou o processo, de Outubro de 2001 a Janeiro de 2002. Esta acção simbólica visou rememorar "a vergonha, o julgamento traumatizante e mediatizado" que envolveu 43 pessoas.

Ainda de acordo com Maria José Magalhães, "foi condenada a mulher mais jovem, a mais pobre e a mais doente". Logo, a lei "está aí para condenar as mulheres. Outro argumento não passa de uma falácia", considerou.

Geralda Mateus, presidente

da Comissão de Moradores do Bairro do Aleixo, Porto, abordou "o desespero das mulheres que engravidam e não podem alimentar os filhos. Revelou que ainda recorrem ao permanganato e a linhas de crochet para interromperem a gravidez.

Para Pinto da Costa, ex-diretor do Instituto de Medicina Legal do Porto, a lei não faz sentido, "deixa as mulheres estropiadas no seu aparelho reprodutivo e sexual". Na evocação participaram, também, Pedro Bacelar de Vasconcelos, jurista e ex-governador civil do distrito de Braga, e duas mulheres que foram julgadas na Maia.

A iniciativa foi criticada pelo Norte pela Vida que a classificou de manobra teatral e demagógica. No processo, sublinhou, "foram julgados diversos abortos praticados depois das dez semanas" e algumas pessoas "que faziam do aborto um negócio". I

**Cónego ameaça
cristãos que
votem 'sim'
com excomunhão**